

Golpe

Estelionatário utiliza nome de escritório para enganar associados

A ANFIP Nacional tomou conhecimento de que um novo golpe está sendo aplicado via WhatsApp, utilizando indevidamente o nome do escritório Mota & Advogados Associados. ATENÇÃO!

•pág 02

TV ANFIP

Especialista apresenta novidades da declaração do IRPF 2025

O supervisor nacional do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca, apresentou as novidades da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 e tirar as dúvidas do público.

•pág 03

Institucional

Conselhos debatem benefícios aos associados em reunião conjunta

O encontro teve como foco principal apresentar os novos serviços jurídicos, como a ação individual da integralidade retroativa do Bônus de Eficiência e a Assistência Jurídica para associados e seus familiares.

•pág 06

Audidores Fiscais cobram do governo reajuste do vencimento básico

•pág 02



ANFIP Nacional se mobiliza em defesa do reajuste dos Auditores Fiscais da RFB

No dia 15 de abril, conselheiros da ANFIP Nacional participaram de ato público organizado pelo Sindifisco Nacional, realizado em frente ao Ministério da Fazenda, em Brasília. A manifestação teve como objetivo cobrar do governo federal o reajuste do vencimento básico dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e defender a valorização da categoria.

A mobilização, que aconteceu em várias regiões do país, exigiu a recomposição salarial como condição essencial para o encerramento da greve, que completou 140 dias. Além disso, a

pauta de reivindicações inclui bônus integral para todos os Auditores Fiscais, ativos e aposentados, e a destinação de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para o custeio do plano de saúde.

Para a ANFIP, o reajuste é um direito constitucional e representa o reconhecimento da importância do trabalho técnico e estratégico desenvolvido pelos Auditores Fiscais. A Entidade reforça seu apoio à mobilização, destacando que a valorização da Receita Federal é fundamental para o funcionamento do Estado brasileiro e para o

cumprimento das obrigações fiscais.

A greve continua e a expectativa é de que o governo federal atenda à pauta reivindicatória da categoria, garantindo justiça salarial e a manutenção de serviços essenciais à sociedade brasileira.

Participaram do ato em Brasília os vice-presidentes Crésio Pereira de Freitas (Assuntos Fiscais), Adilson da Silva Bastos (Estudos e Assuntos Tributários), Marluce do Socorro da Silva Soares (Comunicação Social), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Antônio Carlos Silveira (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação).

Atenção: golpe utiliza nome de escritório de advocacia para enganar associados

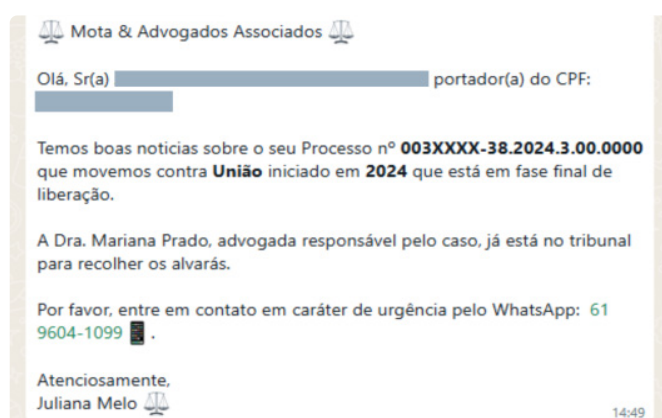
A ANFIP Nacional tomou conhecimento de que um novo golpe está sendo aplicado via WhatsApp, utilizando indevidamente o nome do escritório Mota & Advogados Associados. ATENÇÃO! Não responda à mensagem nem entre em contato com os números fornecidos.

Os golpistas utilizam as mais variadas formas de abordagem: descrevem números de processos, mencionam nomes de escritórios e advogados conhecidos — e o objetivo é sempre o mesmo: ludibriar o associado na tentativa de obter dinheiro por meio de transferência bancária.

Fique atento ao teor das mensagens. Os golpistas costumam adotar um tom alarmante ou de urgência, com o intuito de levar a vítima a tomar uma atitude rápida e impulsiva. Cuidado! Não entre em pânico nem tome nenhuma medida precipitada. É importante esclarecer que nenhum precatório, para ser liberado, precisa de transferência de valores. O golpe é justamente solicitar transferências prévias para liberar o alvará. Isso não é necessário!

A ANFIP Nacional reitera: fique atento aos diferentes artifícios usados por estelionatários. NÃO faça nenhum depósito prévio para liberação de valores de ações judiciais. NÃO forneça dados bancários nem informações pessoais por telefone, seja por ligação ou mensagem.

Confira a seguir um exemplo das mensagens utilizadas pelos golpistas.



Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIAS
Thatiana Cardoso e Wyana Melo

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

ANFIP
Nacional
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
Determinação e trabalho

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

IR 2025: Especialista apresenta novidades e tira dúvidas de associados

O supervisor nacional do Imposto de Renda, José Carlos Fernandes da Fonseca, foi o entrevistado do ANFIP Debates de 16 de abril. O objetivo da transmissão foi apresentar as novidades da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2025 e tirar as dúvidas do público. O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Adilson da Silva Bastos, conduziu o debate, transmitido ao vivo pela TV ANFIP.

Fonseca apresentou o cronograma de entrega da declaração, detalhou os prazos e as regras para o pagamento do imposto a recolher e destacou as datas de restituição, com suas respectivas prioridades. Sobre as formas de preenchimento e envio, o supervisor explicou o uso do Programa Gerador da Declaração (PGD), que deve ser instalado no computador, e do Meu Imposto de Renda, solução on-line que substituirá futuramente o PGD. “São sistemas parametrizados, em nuvem, que funcionam em multi-exercício e geram economia”, justificou.

Quanto à declaração pré-preenchida, Fonseca ressaltou que é fundamental revisar cuidadosamente as informações fornecidas pelo sistema e inserir eventuais dados ausentes. “A pré-preenchida serve para facilitar o preenchimento, não para substituí-lo”, enfatizou.

O supervisor também alertou para um ponto crucial: não compartilhar a senha do gov. br. “Ela é uma das senhas mais poderosas da vida da pessoa”, afirmou, explicando que, com essa credencial, é possível, por exemplo, transferir um veículo, abrir conta bancária ou contratar empréstimos consignados. Por isso, caso a declaração seja feita por terceiros,

o caminho correto é conceder uma procuração ou autorização de acesso.

Fonseca detalhou ainda a ficha de bens e direitos, mencionando os ajustes previstos para 2025, com a inclusão de novos códigos. A orientação é revisar atentamente essas mudanças e reclassificar os dados conforme necessário, assegurando descrições precisas.

Outro destaque foi o Receita Saúde, ferramenta que permite a emissão e consulta de recibos relativos à prestação de serviços de saúde. A emissão é exclusiva para profissionais da área de saúde e feita de forma eletrônica. Já a consulta pode ser realizada pelos pacientes diretamente no aplicativo da Receita Federal, acessando o card Receita Saúde com a conta gov.br.

Precatórios – A maioria das dúvidas dos contribuintes referiu-se à declaração de precatórios. Segundo Fonseca, o principal problema é que as instituições financeiras responsáveis pelos pagamentos não estão separando o valor principal dos juros. “A instituição financeira que fez o pagamento não separou as informações, e o contribuinte, na declaração, precisa fazer essa separação com base na planilha de cálculos recebida. Nesse caso, ele provavelmente cairá na malha fina”, explicou. Se isso ocorrer, é necessário apresentar a planilha à Receita Federal. “Infelizmente, muitos casos estão parados na Receita por falta de recursos humanos e tempo para análise”, informou.

Aluguel por temporada – Sobre rendimentos oriundos de aluguéis por temporada, Fonseca



foi enfático: é obrigatório declarar. “Não é porque a Receita só passou a receber essas informações agora que não era preciso declarar antes. Todos os rendimentos devem ser declarados”, reforçou. Ele destacou que, no caso de plataformas como o Airbnb, a Receita já tem acesso aos dados. “Essa é a forma correta de agir. Se não declarar, um dia a multa será pesada”, alertou. A recomendação é que quem não declarou retifique a declaração e apresente as informações corretamente.

Doações – Os contribuintes interessados podem fazer doações a fundos da infância e adolescência ou do idoso. Além de contribuir socialmente, é possível obter vantagens fiscais — tanto para quem tem imposto a restituir quanto para quem tem imposto a pagar. No caso de restituição, o valor doado retorna ao contribuinte com correção.

Pelo programa Destinação, pessoas físicas podem direcionar até 6% do imposto devido (ou até 7%, se incluídos projetos esportivos). Se a doação for feita diretamente na declaração, o limite é de até 3% para cada fundo (criança/adolescente e idoso). “É um exercício de cidadania. Eu consulto a lista dos municípios com os piores IDHs do Brasil e escolho três para doar”, compartilhou Fonseca.

A live completa com todas as informações está disponível na TV ANFIP. Acesse [aqui](#) e confira.

Câmara dos Deputados sedia reunião sobre limite de juros e auditoria da dívida pública

A Câmara dos Deputados sediou, em 16 de abril, uma reunião extraordinária conjunta entre o Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) e a Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular. O encontro reuniu parlamentares, representantes da sociedade civil e especialistas para discutir o impacto das elevadas taxas de juros e a ausência de uma auditoria efetiva da dívida pública, que consome parcela expressiva do orçamento da União. A proposta tem por fim promover um modelo fiscal mais transparente, justo e voltado para o interesse público.

A ANFIP Nacional, representada pelos vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo) e Marluce Soares (Comunicação), demonstrou firme apoio às pautas debatidas. A instituição defende que a auditoria da dívida pública é essencial para compreender a origem e os mecanismos de crescimento dessa



dívida, além de revelar distorções que penalizam a população.

Gilberto Pereira chamou atenção em sua fala para dados alarmantes disponíveis no Portal da Transparência. Ele destacou um gráfico que ilustra a redução contínua do número de Auditores Fiscais desde 2013, o que compromete a capacidade do Estado de fiscalizar e arrecadar tributos de forma eficaz. “Ao invés de combater a sonegação e garantir que todos contribuam, principalmente os que mais devem, o governo mantém uma relação simbiótica com o mercado financeiro, representado pela Faria

Lima, o que aprofunda esse quadro. Temos menos Auditores, menos fiscalização e, consequentemente, menor arrecadação. Enquanto isso, a dívida pública dispara e as renúncias fiscais se multiplicam”, afirmou. Para ele, a auditoria integral da dívida e a retomada da estrutura fiscal do Estado são medidas imprescindíveis para reverter esse ciclo de injustiça fiscal.

A reunião reforçou o compromisso das entidades e lideranças presentes em ampliar o debate e pressionar por mudanças estruturais no modelo de gestão da dívida pública brasileira.

Abril Verde 2025 destaca impacto das mudanças climáticas nas relações de trabalho

AANFIPNacional, representada pelo vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, prestigiou, em 15 de abril, o ato público “Por um Futuro Sustentável no Trabalho e no Clima”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, como parte das atividades da campanha Abril Verde 2025. Na oportunidade, foi realizada a assinatura de um compromisso institucional para a promoção de um meio ambiente do trabalho digno, seguro, saudável e sustentável.

O ato reuniu representantes de diversas instituições públicas, centrais sindicais, movimentos sociais e entidades da sociedade civil. A campanha Abril Verde 2025 visa conscientizar a sociedade de que as mudanças climáticas ampliam as desigualdades, agravam os riscos no trabalho e exigem respostas urgentes.

Durante o mês de abril, estão sendo realizadas diversas ações em todo o país: audiências públicas, seminários,



iluminação de monumentos, publicações nas redes sociais e mobilizações com trabalhadores, empregadores, gestores públicos e a sociedade civil.

ANFIP e Estadual do AM apresentam serviços jurídicos para associados

ANFIP no Amazonas realizou, em 15 de abril, uma reunião com os associados para tratar sobre a ação individual que busca a integralidade retroativa do Bônus de Eficiência, além de apresentar o novo benefício exclusivo: a plataforma de Assistência Jurídica.

O evento contou com a presença do presidente da ANFIP, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, da presidente da ANFIP-AM, Cleide Nôvo, e do advogado Felipe Teixeira Vieira, do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados.

Cleide Nôvo destacou a importância da iniciativa e do trabalho conjunto da Estadual com a Associação Nacional. “Nosso objetivo é trazer a ANFIP para perto de nós e apresentar esses benefícios aos nossos associados, ampliando seus direitos e o acesso à justiça”, disse a dirigente.

Durante a reunião, os associados puderam fazer perguntas e as dúvidas foram esclarecidas pelo advogado Felipe Vieira.

Bônus de Eficiência

Vieira explicou aos participantes a possibilidade de ingressar com ação individual para reivindicar o pagamento integral e retroativo do Bônus de Eficiência, benefício que foi objeto de disputa judicial nos últimos anos.

Conforme detalhado, a ANFIP Nacional já ajuizou ações coletivas em favor dos associados e, agora, os aposentados e pensionistas também podem ingressar com ação individual.

Como aderir?

Acesse o portal anfipjuridicofv.com.br e baixe a lista de documentos necessários.

O escritório cobrará honorário



de êxito de 8%, sendo descontados no ato do recebimento, e não haverá custo para a memória de cálculo. As informações detalhadas sobre o histórico e o **procedimento de adesão** podem ser consultadas [aqui](#).

Assistência Jurídica

Outro tema abordado durante a reunião foi o novo benefício disponível de Assistência Jurídica para associados e familiares. Conforme apresentado, o serviço exclusivo visa oferecer suporte em diversas áreas do Direito, como previdenciário, trabalhista, cível e tributário, tanto para os associados quanto para seus familiares.

“Esse é um convênio muito importante para os associados e seus familiares para usarem da melhor forma possível, com amplo serviço nas áreas do Direito. Queremos oferecer ferramentas que façam a diferença no dia a dia do associado”, afirmou o presidente Miguel Nôvo, responsável por conduzir a parceria.

Os atendimentos são realizados pela equipe do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados e **terá redução no**

valor dos honorários, sendo cobrado apenas **50%** dos valores fixados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado do associado. O benefício estende-se a pais, filhos e netos.

Plataforma de atendimento

A adesão à Assistência Jurídica pode ser feita no site juridico.anfip.org.br. Assim que abrir a página, basta informar o CPF do associado, clicar em acessar e selecionar se é associado ou familiar.

Também é possível ter atendimento presencial, nos escritórios de Brasília, Barreiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Santarém; ou agendar seu atendimento pelo telefone **(61) 3380-1567** ou WhatsApp **(61) 99926-9216**.

Clique [aqui](#) para saber mais sobre a Assistência Jurídica aos associados e seus familiares.

Associados do AM

A ANFIP-AM também irá auxiliar os associados que precisarem de ajuda presencial na hora de enviar sua solicitação para o escritório Farag, Ferreira & Vieira, tanto nas informações sobre a ação individual do Bônus de Eficiência quanto para solicitar atendimento em uma das áreas da Assistência Jurídica.

Conselhos da ANFIP debatem prestação de serviços em reunião conjunta



A ANFIP Nacional promoveu, em 17 de abril, reunião com os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, aberta à participação virtual de associados de todo o país.

O encontro teve como foco principal a possibilidade de ingressar com ações individuais para reivindicar a integralidade retroativa do Bônus de Eficiência, além de apresentar novos benefícios, como a Assistência Jurídica para associados e seus familiares e atualizações sobre a Assistência à Saúde Suplementar.

Comparticipação de advogados do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, foi explicado detalhadamente sobre como os associados podem ingressar com ações individuais para garantir o pagamento integral e retroativo do Bônus de Eficiência.

Os advogados destacaram que a proposta visa assegurar o cumprimento da legislação original e orientaram os participantes sobre os trâmites necessários para adesão. Os interessados devem acessar a plataforma anfipjuridicofv.com.br, baixar a lista de documentos necessários e formalizar o interesse na ação. Saiba outros detalhes [aqui](#).

Assistência Jurídica - Outro destaque da reunião foi a apresentação da Plataforma de Serviços Jurídicos, iniciativa liderada pelo presidente da ANFIP,

Miguel Arcanjo Simas Nôvo, que oferece atendimento especializado em áreas como Direito Cível, Família, Trabalhista, Penal e Tributário.

O benefício, disponível para associados e seus familiares (pais, filhos e netos), tem redução no valor dos honorários, sendo cobrado apenas 50% dos valores fixados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado do associado.

A prestação de serviço é feita por meio de convênio com o escritório Farag, Ferreira & Vieira. É possível ter atendimento presencial e virtual.

Clique [aqui](#) para aderir e para saber mais sobre a Assistência Jurídica.

Saúde Suplementar - As vice-presidentes Margarida Lopes de Araújo (Serviços Assistenciais) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) atualizaram os participantes sobre a Assistência à Saúde Suplementar, benefício voltado a servidores públicos federais, aposentados e pensionistas.

As dirigentes lembraram a live realizada dia 4 de abril, em parceria com a Decipex, que esclareceu dúvidas sobre o auxílio financeiro e a importância do envio correto da documentação para ter direito ao ressarcimento dos valores pagos com planos de saúde contratados

de forma particular.

A live completa está disponível no canal da TV ANFIP, no Youtube. Assista [aqui](#).

Confira também o [guia prático](#) sobre a Assistência à Saúde Suplementar, formulado pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Decipex.

Novidades - A reunião também abordou a nova campanha de marketing institucional da Entidade, que visa fortalecer a imagem da ANFIP e engajar novos associados.

Além disso, foi destacada a V Convenção Nacional Extraordinária, que será realizada de 26 de abril e 1º de maio, em Brasília. Nesta edição da CNE, o objetivo principal é cumprir a Diretriz nº 4, aprovada pelo Plenário da XXIX Convenção Nacional em 2023, que determinou a readequação do Estatuto da ANFIP Nacional para simplificá-lo e alinhá-lo à legislação vigente, em especial ao Código Civil.

O presidente Miguel Nôvo explicou que a reunião teve caráter informativo, sem deliberações, e serviu para consolidar as iniciativas em curso. “Precisamos ter consciência do que estamos fazendo e compromisso coletivo, não só pela ANFIP Nacional, mas por cada Estadual e Representação. Só assim alcançaremos os resultados esperados”, afirmou.

Ação Fiscal

RFB promove doação solidária em Manaus e destaca compromisso social

A Receita Federal do Brasil realizou, em 11 de abril, a primeira Ação Nacional de Doação Solidária de Mercadorias Apreendidas, com eventos simultâneos em diversas cidades. Em Manaus, a cerimônia ocorreu no auditório da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e contou com a presença do Auditor Fiscal e ex-presidente da ANFIP, Severino Cavalcante de Souza, que conduziu a entrega de itens a 15 entidades beneficiárias.

A iniciativa, integrada ao Programa Receita Cidadã, visa destinar a organizações sem fins lucrativos e prefeituras os

produtos apreendidos pela RFB em operações de combate ao contrabando e descaminho. Entre os itens doados estão eletrônicos, vestuários, utensílios domésticos e minicomputadores reciclados a partir de aparelhos de TV Box.

Severino Cavalcante reforçou que a ação reflete o compromisso do fisco com a transformação social. “A Receita Federal sempre fez esse trabalho. Das apreensões realizadas, os produtos que estão em condições de uso são destinados para escolas, bairros e municípios carentes”, disse, mostrando que o trabalho do órgão vai além da fiscalização, impactando positivamente a vida das pessoas.

Apreensões e impacto econômico - Segundo dados da Receita Federal, em 2024, as apreensões de mercadorias estrangeiras ilegais no Brasil somaram R\$ 3,7 bilhões, sendo R\$ 23,7 milhões apenas na Alfândega do Porto de Manaus, que representa aumento de 44% em relação a 2023.

O combate ao contrabando (produtos proibidos) e ao descaminho (mercadorias legais sem tributação) protege a indústria nacional, combate à sonegação fiscal e garante segurança aos consumidores.

Com informações da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Estadual

ANFIP-CE e DS CEARÁ articulam trabalho em apoio à PEC 6/2024

Dirigentes da ANFIP Ceará e da Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional no Ceará (DS/CE) realizaram reunião conjunta, em 8 de abril, na sede da DS, para traçarem estratégias com foco na tramitação da PEC 6/2024, que trata da redução gradual da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

O encontro marcou o início da articulação conjunta entre as entidades em defesa dessa justa e necessária proposta, que reduz o valor da contribuição em 10% ao ano, a partir dos 66 anos para homens e 63 anos para mulheres, sendo totalmente dispensada quando o titular atingir 75 anos, independentemente das circunstâncias.

Também foi abordado na reunião o objetivo de agregar ao trabalho parlamentar outras entidades que representam servidores públicos do

Ministério da Fazenda.

A luta das entidades pela extinção da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas vem desde a PEC 555/2006, que foi atualizada pela PEC 6/2024 para que a redução aconteça gradualmente e, assim, ter mais chances de ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Nesse sentido, a ANFIP Nacional tem envidado esforços, incansavelmente, para que a PEC 6/24 seja apensada à PEC 555/06, que já está pronta para votação, o que garantirá a tramitação mais rápida e a consequente votação em Plenário, praticando-se, assim, justiça aos aposentados e pensionistas dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Estiveram presentes na reunião, pela ANFIP-CE, a vice-presidente Ercília Leitão Bernardo e a vice-



presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix; e, pela DS/CE, a presidente Sônia Paraíba, o diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão, Airton Rocha, e a diretora de Assuntos Parlamentares, Avany Mesquita.

Apoio parlamentar

Dentre os parlamentares da bancada do Ceará, dos 22 congressistas, 10 ainda não assinaram a solicitação de apensação da PEC 6/24 à PEC 555/06, mesmo com o intenso trabalho realizado pelas entidades e os argumentos apresentados aos deputados.



**COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE**

**INSCRIÇÕES ATÉ DIA 14
DE NOVEMBRO DE 2025.**

Fale com a ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos
ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local -
atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às
20h, de segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300

